



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL/CE**

**Processo:** 00094565220198060167

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA JOCELANE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro. Em razão disto, a parte Autora teve seu requerimento administrativo cancelado!

Foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

**EXA., NÃO É CRÍVEL QUE COM OS AVANÇOS DA MEDICINA, OS TRATAMENTOS REALIZADOS NA PARTE AUTORA SERVIRAM PARA AGRAVAR A DOENÇA E NÃO OPORTUNIZARAM UMA MELHORA OU, NO MÍNIMO, A MANUTENÇÃO DA LESÃO APURADA NO LAUDO DO IML ACOSTADO AOS AUTOS SOB FLS. 10.**

**PERCEBA EXA., QUE NO R. LAUDO DO IML, HOUVE A GRADUAÇÃO DE 50% REFERENTE A PERDA FUNCIONAL COMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, NÃO SENDO CRÍVEL NEM VEROSSÍMIL, QUE A PARTE AUTORA VENHA APRESENTAR LESÃO TÃO INVALIDANTE VÁRIOS MESES APÓS TER SIDO SUBMETIDO À AVALIAÇÃO MÉDICA PELO IML/CE!**

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

**Pelo exposto, a parte Ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada acima, com a intimação do perito para que esclareça quais critérios foram realizados para apuração do mesmo.**

**Caso não seja o entendimento de V.Exa., requer a Seguradora Ré, que seja acolhido o laudo médico pericial confeccionado pelo IML/CE, sob fls. 10.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SOBRAL, 2 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**